

Resumo Público do Projeto Pedagógico

DIREITO

Prezados(as),

Este documento reúne o **Resumo Público do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito**, elaborado para divulgação institucional em linguagem clara e objetiva, preservando informações internas e operacionais que compõem o PPC integral.

O PPC é o instrumento que explicita a **identidade acadêmica do curso**, seus princípios, diretrizes formativas, organização curricular e estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação. Sua construção e atualização seguem a lógica de **coerência entre perfil do egresso, competências, matriz curricular, metodologias, cenários de prática, avaliação e governança**, em conformidade com o marco regulatório vigente e com as **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Direito**.

O **Resumo Público do PPC** tem como objetivos:

- **Dar transparência institucional** aos elementos estruturantes do curso, permitindo que candidatos, estudantes, famílias, parceiros e sociedade compreendam sua proposta formativa.
- **Apresentar, em visão sintética, a organização curricular e o percurso formativo**, destacando seus principais eixos, componentes curriculares e experiências acadêmicas.
- **Evidenciar o alinhamento às DCNs e ao marco regulatório vigente**, demonstrando a articulação entre formação por competências, ensino, pesquisa, extensão, inovação e prática jurídica.
- **Preservar informações internas e estratégicas**, não divulgando conteúdos operacionais, estratégias pedagógicas proprietárias, fluxos de gestão, instrumentos avaliativos e indicadores que compõem o patrimônio acadêmico e institucional da IES.
- **Proteger dados e informações institucionais sensíveis**, assegurando que a comunicação pública não exponha detalhes que possam comprometer a governança, contratos, parcerias ou processos acadêmico-administrativos.

Sumário

1. Identificação do curso 3

2. Apresentação e finalidade do documento público 3

3. Base normativa e princípios formativos 3

4. Perfil do egresso 4

5. Organização curricular e matriz do curso 4

5.1. Eixos estruturantes (síntese) 4

5.2. Diferenciais formativos descritos no PPC (visão pública) 5

5.3. Matriz Curricular 6

6. Metodologias de ensino-aprendizagem 8

7. Avaliação da aprendizagem 8

8. Estágio Supervisionado e cenários de prática 9

9. Pesquisa, extensão e responsabilidade social 9

10. Acessibilidade, inclusão e apoio ao estudante 9

11. Gestão do curso e melhoria contínua 9

12. Infraestrutura e recursos educacionais 10

13. Transparência e acesso ao PPC integral 10

RESUMO PÚBLICO DO PROJETO PEDAGÓGICO – CURSO DE DIREITO

Centro Universitário Afya São Lucas • Porto Velho/RO • Versão pública para divulgação institucional

1. Identificação do curso

Denominação	Direito (Bacharelado)
Instituição	Afya Centro Universitário São Lucas – Porto Velho/RO (Campus 2)
Modalidade / Regime	Presencial • Seriado semestral
Turno	Vespertino e Noturno
Carga horária total	3.700 horas (carga horária mínima normativa: 3.700 horas)
Duração	10 semestres (integralização mínima) • máximo de 16 semestres
Vagas autorizadas	247 vagas/ano
Matriz curricular vigente	Afya 2026
Atos regulatórios	Autorização: Portaria MEC nº 2.643/2004 • Reconhecimento: Portaria MEC/SESu nº 902/2009 • Renovação de Reconhecimento: Portaria MEC/SERES nº 85/2019

2. Apresentação e finalidade do documento público

Este resumo público consolida, em linguagem acessível e objetiva, os elementos estruturantes do Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Centro Universitário Afya São Lucas, preservando informações internas e operacionais que não são disponibilizadas no site institucional. O PPC integral permanece disponível para consulta interna e para fins regulatórios, conforme as rotinas acadêmico-administrativas da IES.

Autorizado em 2004 e em funcionamento desde 2005, o curso consolidou-se como referência na formação jurídica em Rondônia e na Amazônia Ocidental. A presente versão incorpora a Matriz Curricular 2026, que reorganiza o percurso formativo em eixos alinhados às DCNs, amplia as experiências práticas desde o primeiro período, institui trilhas formativas eletivas e consolida a extensão como componente curricular.

3. Base normativa e princípios formativos

O curso é concebido em conformidade com o marco regulatório da educação superior brasileira e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 5/2018 e alteradas pela Resolução CNE/CES nº 2/2021, observando ainda a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Resolução CNE/CES nº 2/2007 (carga horária mínima), a Resolução CNE/CES nº 7/2018 (extensão na educação superior), o Decreto nº 9.235/2017, a Lei nº 10.861/2004 (SINAES), a Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e o Decreto nº 12.456/2025, que mantém o curso de Direito exclusivamente na modalidade presencial.

O PPC contempla, de forma transversal, as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos originários, para a educação ambiental, as política de inclusão da pessoa com deficiência, a diversidade e a oferta de Libras como componente optativo.

O curso orienta-se por uma formação sólida, crítica, reflexiva, ética e humanística, articulando ensino, pesquisa e extensão e integrando teoria e prática ao longo de todo o percurso. A proposta valoriza o raciocínio jurídico, a argumentação, os métodos adequados de solução de conflitos e o uso das tecnologias aplicadas ao Direito, com atenção às especificidades da Amazônia através das questões ambientais, agrárias, fundiárias e dos povos originários e comunidades tradicionais e com compromisso com os direitos humanos, a cidadania e o desenvolvimento regional.

4. Perfil do egresso

O egresso do curso de Direito é um profissional de formação generalista, com sólida base geral, humanística e técnico-jurídica, capaz de compreender os fenômenos jurídicos e as transformações sociais, de atuar com ética, responsabilidade social e senso crítico, e de buscar soluções justas, mediadoras e pacificadoras para os conflitos, nos âmbitos judicial, extrajudicial e administrativo. Ao final do curso, espera-se que o egresso seja capaz de:

- interpretar e aplicar normas do sistema jurídico nacional, articulando teoria e resolução de problemas;
- ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos, comunicando-se com precisão;

- desenvolver raciocínio e argumentação jurídica, com domínio da hermenêutica, da legislação, da jurisprudência e da doutrina;
- atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas e judiciais, e promover a cultura do diálogo e os meios consensuais de solução de conflitos;
- compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica e utilizá-las de forma ética e responsável;
- trabalhar em equipes jurídicas e interdisciplinares, respeitando a diversidade e o pluralismo cultural, com perspectiva transversal sobre direitos humanos e deontologia profissional.

5. Organização curricular e matriz do curso

A Matriz Curricular 2026 é organizada de forma integrada e progressiva em 10 períodos semestrais, com 63 componentes curriculares, Atividades Complementares e carga horária total de 3.700 horas. O percurso articula atividades teóricas, práticas, de pesquisa e de extensão, e combina componentes presenciais, híbridos e on-line, preservando a predominância da carga horária presencial, conforme a regulação vigente para o curso de Direito.

Composição da carga horária	Horas	% do total
Componentes teóricos presenciais	1.766	47,7%
Atividades práticas presenciais	115	3,1%
Componentes on-line (híbridos e assíncronos)	936	25,3%
Extensão curricularizada (Projetos de Extensão I a V)	378	10,2%
Estágio Supervisionado (I a V)	330	8,9%
Atividades Complementares	175	4,7%
Carga horária total do curso	**3.700**	**100%**

5.1. Eixos estruturantes (síntese)

Em consonância com as perspectivas formativas definidas nas DCNs do curso de Direito, a matriz distribui seus componentes nos seguintes eixos:

- **Formação Geral (363 h):** fundamentos teóricos, filosóficos, históricos, políticos, sociológicos e psicológicos do Direito, incluindo Teoria Geral do Direito, Teorias Críticas do Direito e Sociedade, Criminologia e Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade.
- **Formação Técnico-Jurídica (2.126 h):** conteúdos essenciais das áreas constitucional, civil, penal, processual, administrativa, empresarial, tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental, eleitoral e internacional, além de inovação e sociedade da informação.
- **Formação Prático-Profissional (840 h):** Laboratório de Habilidades Jurídicas, Projetos de Extensão, Estágios Supervisionados e Trabalho de Conclusão de Curso, integrando teoria e prática de forma progressiva.
- **Trilhas Formativas / Ênfases (196 h):** componentes eletivos que permitem ao estudante aprofundar-se em uma área de atuação profissional ao final do curso.
- **Atividades Complementares (175 h):** experiências acadêmicas, científicas, culturais e profissionais escolhidas pelo estudante, que favorecem a flexibilização curricular.

Perpassam todos os eixos a pesquisa e a produção do conhecimento, a extensão e a integração com a sociedade, e o uso de tecnologias educacionais e de metodologias ativas de aprendizagem.

5.2. Diferenciais formativos descritos no PPC

- Laboratório de Habilidades Jurídicas Iniciais já no 1º período, com foco em atividades práticas, e componentes de Argumentação e Redação Jurídica desde o ingresso.
- Extensão curricularizada em cinco Projetos de Extensão (2º ao 6º período), com ações voltadas às demandas sociais e jurídicas da comunidade de Porto Velho e da região.
- Estágio Supervisionado distribuído em cinco etapas (6º ao 10º período), com práticas em direitos humanos, criminal e Tribunal do Júri, cível e consumerista, trabalhista e previdenciária, métodos adequados de solução de conflitos e família.
- Trilhas formativas eletivas em Gestão Pública e Advocacia Institucional; Negócios, Inovação Jurídica e Estratégias de Solução; e Justiça Penal, Garantias e Direitos Humanos.

- Ênfase em inovação e tecnologia jurídica, com componentes sobre Direito e sociedade da informação, proteção de dados, contratos inteligentes e cibercriminalidade, e com o Escritório Modelo de Inovação e Tecnologia (EMAUE).
- Valorização dos métodos adequados de solução de conflitos, com componente teórico próprio e estágio específico de mediação, conciliação e arbitragem.
- Compromisso com a realidade amazônica, por meio do Direito Ambiental e Agrário, dos Tópicos Especiais e dos projetos de extensão voltados às questões regionais.
- Incentivo à iniciação científica, à monitoria, às atividades complementares e à participação em eventos e publicações acadêmicas.

5.3. Matriz Curricular

Quadro-síntese da Matriz Curricular 2026 do curso de Direito, com a distribuição da carga horária (em horas) por período e por natureza da atividade:

Componente curricular	Teór.	Prát.	Estág.	Ext.	On-line	Total
1º Período						
Argumentação e Redação Jurídica	33	–	–	–	–	**33**
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	33	–	–	–	33	**66**
Teorias Críticas do Direito e Sociedade	33	–	–	–	33	**66**
Criminologia	33	–	–	–	–	**33**
Laboratório de Habilidades Jurídicas Iniciais	–	66	–	–	–	**66**
Teoria Geral do Direito	66	–	–	–	–	**66**
Subtotal do período	**198**	**66**	**–**	**–**	**66**	**330**
2º Período						
História do Direito	–	–	–	–	33	**33**
Direito Civil – Parte Geral	66	–	–	–	–	**66**
Direito Constitucional – Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	66	–	–	–	–	**66**
Direito Penal – Teoria Geral do Crime	66	–	–	–	–	**66**
Projeto de Extensão I	–	–	–	82	–	**82**
Teoria Geral do Processo	33	–	–	–	–	**33**
Subtotal do período	**231**	**–**	**–**	**82**	**33**	**346**
3º Período						
Direito Constitucional – Organização do Estado e seus Poderes	33	–	–	–	33	**66**
Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade	33	–	–	–	–	**33**
Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações	33	–	–	–	–	**33**

Componente curricular	Teór.	Prát.	Estág.	Ext.	On-line	Total
Direito Penal – Teoria da Pena e Execução Penal	33	–	–	–	33	**66**
Projeto de Extensão II	–	–	–	82	–	**82**
Direito Processual Civil – Parte Geral e Tutela	66	–	–	–	–	**66**
Inovação, Direito e Sociedade da Informação	–	–	–	–	33	**33**
Subtotal do período	**198**	**–**	**–**	**82**	**99**	**379**
4º Período						
Direito Civil – Teoria dos Contratos e Relação de Consumo	66	–	–	–	–	**66**
Direito Processual Civil – Instrução Processual e Recursos	49	16	–	–	–	**65**
Direito Penal – Crimes em Espécie I	33	–	–	–	33	**66**
Processo Constitucional	34	–	–	–	15	**49**
Psicologia aplicada ao Direito	–	–	–	–	33	**33**
Projeto de Extensão III	–	–	–	66	–	**66**
Subtotal do período	**182**	**16**	**–**	**66**	**81**	**345**
5º Período						
Direito Civil – Contratos em Espécie e Responsabilidade Civil	66	–	–	–	–	**66**
Direito Penal – Crimes em Espécie II	33	–	–	–	16	**49**
Direito Eleitoral	–	–	–	–	33	**33**
Direito Processual Civil – Tutela Executiva e Procedimentos Especiais	33	–	–	–	33	**66**
Direito do Trabalho – Direito Individual	66	–	–	–	–	**66**
Projeto de Extensão IV	–	–	–	66	–	**66**
Subtotal do período	**198**	**–**	**–**	**66**	**82**	**346**
6º Período						
Estágio Supervisionado I – Clínica de Direitos Humanos	–	–	66	–	–	**66**

Componente curricular	Teór.	Prát.	Estág.	Ext.	On-line	Total
Direito Processual Penal – Investigação e Fase Inicial do Processo	33	33	–	–	–	**66**
Direito Civil – Famílias	33	–	–	–	–	**33**
Direito Administrativo – Organização e Atos Administrativos	33	–	–	–	33	**66**
Projeto de Extensão V	–	–	–	82	–	**82**
Direito do Trabalho – Direito Coletivo	33	–	–	–	–	**33**
Subtotal do período	**132**	**33**	**66**	**82**	**33**	**346**
7º Período						
Direito Civil – Sucessões	33	–	–	–	–	**33**
Direito Processual Penal – Procedimentos, Sentença e Recursos	33	–	–	–	33	**66**
Direito Administrativo – Contratos e Processos	33	–	–	–	33	**66**
Direito Empresarial – Empresário e Tipos Societários	66	–	–	–	–	**66**
Métodos Adequados de Soluções de Conflito	33	–	–	–	33	**66**
Direito Ambiental e Agrário	–	–	–	–	49	**49**
Estágio Supervisionado II (Prática Criminal e Tribunal do Júri)	–	–	66	–	–	**66**
Subtotal do período	**198**	**–**	**66**	**–**	**148**	**412**
8º Período						
Direito Empresarial – Falência e Recuperação de Empresa	33	–	–	–	33	**66**
Direito Tributário e Sistema Financeiro do Estado	66	–	–	–	–	**66**
Direito Civil – Direito das Coisas	33	–	–	–	–	**33**
Direito Processual do Trabalho	33	–	–	–	33	**66**
Eletiva I	–	–	–	–	49	**49**
Trabalho de Conclusão de Curso I	33	–	–	–	–	**33**

Componente curricular	Teór.	Prát.	Estág.	Ext.	On-line	Total
Estágio Supervisionado III (Prática Cível e Consumerista)	–	–	66	–	–	**66**
Subtotal do período	**198**	**–**	**66**	**–**	**115**	**379**
9º Período						
Direito Tributário – Normas Específicas	66	–	–	–	–	**66**
Trabalho de Conclusão de Curso II	–	–	–	–	33	**33**
Tópicos Especiais I	33	–	–	–	33	**66**
Eletiva II	–	–	–	–	49	**49**
Estágio Supervisionado IV (Prática Trabalhista e Previdenciária)	–	–	66	–	–	**66**
Direito Previdenciário	33	–	–	–	–	**33**
Subtotal do período	**132**	**–**	**66**	**–**	**115**	**313**
10º Período						
Ética, Deontologia e Gestão da Advocacia	33	–	–	–	33	**66**
Eletiva III	–	–	–	–	49	**49**
Eletiva IV	–	–	–	–	49	**49**
Tópicos Especiais II	33	–	–	–	33	**66**
Estágio Supervisionado V (Práticas dos Métodos Adequados de Soluções de Conflitos e Família)	–	–	66	–	–	**66**
Direito Internacional Público e Privado	33	–	–	–	–	**33**
Subtotal do período	**99**	**–**	**66**	**–**	**164**	**329**
Atividades Complementares						**175**
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**1.766**	**115**	**330**	**378**	**936**	**3.700**

Componentes eletivos por trilha formativa (Eletivas I a IV):

Trilha formativa	Componentes eletivos (49 h cada – 8º ao 10º período)
Gestão Pública e Advocacia Institucional	Parcerias Público-Privadas e Modelos de Governança Contratual (8º) Direito da Regulação e Agências Reguladoras (9º) Accountability, Processo Administrativo Sancionador e Controle Interno (10º) Inovação, Blockchain e Contratos Inteligentes na Administração Pública (10º)
Negócios, Inovação Jurídica e Estratégias de Solução	Contratos Empresariais Complexos (8º) Contencioso Societário e Reestruturações (9º) Proteção de Dados, Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias (10º) Arbitragem e Compliance Empresarial (10º)
Justiça Penal, Garantias e Direitos Humanos	Crimes Econômicos e Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica (8º) Direitos Humanos e Sistema Interamericano de Proteção (9º) Litígios Estruturais e Transformações no Sistema Penal Brasileiro (10º) Cibercriminalidade, Vigilância Digital e Garantias Fundamentais (10º)

Língua Brasileira de Sinais (Libras) é oferecida como componente eletivo em todas as trilhas, nos termos do Decreto nº 5.626/2005.

6. Metodologias de ensino-aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se em uma abordagem centrada no estudante, que articula teoria e prática e promove a construção progressiva das competências previstas no perfil do egresso. Adotam-se metodologias ativas, com destaque para a aprendizagem baseada em problemas e em projetos, os estudos de caso, as simulações de atos e audiências e as atividades práticas em laboratório, combinadas a aulas expositivas dialogadas e ao estudo orientado.

Os componentes híbridos e on-line são desenvolvidos em Ambiente Virtual de Aprendizagem, com materiais didáticos, atividades e mediação docente, assegurando a interação e o acompanhamento do estudante. A interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular e a transversalidade de temas como direitos humanos, diversidade, relações étnico-raciais e meio ambiente favorecem uma aprendizagem significativa, crítica e reflexiva.

7. Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é contínua, diagnóstica, formativa e somativa, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos ao longo do curso. Os instrumentos avaliativos privilegiam situações-problema, simulações e casos jurídicos, articulando teoria e prática, e são previstos nos planos de ensino, com critérios

divulgados no início de cada componente e devolutivas para apoio à aprendizagem. Os critérios de aprovação, frequência e recuperação seguem as normas institucionais e o Regimento da IES.

8. Estágio Supervisionado e cenários de prática

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, com 330 horas distribuídas do 6º ao 10º período, coordenado pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), nos termos das DCNs e de regulamento próprio. O percurso contempla:

- Estágio Supervisionado I – Clínica de Direitos Humanos (6º período);
- Estágio Supervisionado II – Prática Criminal e Tribunal do Júri (7º período);
- Estágio Supervisionado III – Prática Cível e Consumerista (8º período);
- Estágio Supervisionado IV – Prática Trabalhista e Previdenciária (9º período);
- Estágio Supervisionado V – Práticas dos Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Família (10º período).

As atividades envolvem prática simulada e real, incluindo atendimento à comunidade, mediação, conciliação e arbitragem, sob supervisão docente. Parte das atividades poderá ocorrer em órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias, em departamentos jurídicos e escritórios conveniados, observados os requisitos normativos, além de atividades de extensão jurídica organizadas juntamente com a pró-reitoria de extensão.

Além disso, temos o Escritório Modelo de Inovação e Tecnologia (EMAUE), que complementa os cenários de prática, com projetos interdisciplinares orientados por docentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharias e Direito.

9. Pesquisa, extensão e responsabilidade social

O PPC integra ensino, pesquisa e extensão. As atividades de extensão totalizam 378 horas - o equivalente a 10,2% da carga horária do curso, e estão incorporadas à matriz por meio dos Projetos de Extensão I a V, com ações voltadas às necessidades jurídicas e sociais da comunidade, à promoção do acesso à justiça, à educação em direitos e à formação cidadã.

A iniciação científica e a produção acadêmica são estimuladas por meio de grupos de estudo e pesquisa, programas de iniciação científica, eventos científicos e revistas

institucionais. O Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido individualmente e com orientação docente nos componentes TCC I (8º período) e TCC II (9º período), consolida a formação investigativa do estudante.

10. Acessibilidade, inclusão e apoio ao estudante

A IES mantém políticas e fluxos institucionais de acessibilidade e inclusão, com identificação de necessidades específicas, adaptações razoáveis, tecnologias assistivas e suporte pedagógico, por meio do Núcleo de Experiência Discente (NED). O curso dispõe de ações de acolhimento, nivelamento, monitoria, acompanhamento acadêmico e psicopedagógico, estímulo à organização estudantil e acompanhamento de egressos, em alinhamento com a legislação de inclusão e com as DCNs vigentes.

11. Gestão do curso e melhoria contínua

A governança acadêmica do curso é conduzida pela Coordenação, pelo Colegiado de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com atuação permanente na concepção, implementação, avaliação e atualização do PPC. O acompanhamento da qualidade envolve a autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), a análise dos resultados das avaliações externas e do ENADE e a revisão sistemática da matriz curricular e dos planos de ensino.

12. Infraestrutura e recursos educacionais

A IES assegura infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos compatível com a execução do PPC, incluindo salas de aula e espaços de inovação metodológica, laboratórios de informática, biblioteca com acervo físico e virtual e acesso a bases de dados jurídicas, Ambiente Virtual de Aprendizagem, Núcleo de Práticas Jurídicas estruturado para atividades simuladas, reais e de métodos consensuais, e o Escritório Modelo de Inovação e Tecnologia (EMAUE).

13. Transparência e acesso ao PPC integral

O PPC integral contém detalhamento completo da matriz curricular, ementas, bibliografias, políticas acadêmicas e instrumentos de gestão e avaliação. Para fins de transparência e atendimento às rotinas institucionais, a versão integral pode ser

consultada mediante solicitação formal à Secretaria Acadêmica ou às instâncias responsáveis na IES.